

A identidade crioula luandense: a obra *Cenas de África? Romance íntimo* e a Luanda oitocentista¹
The creole identity of Luanda: the work *Cenas de África? Romance íntimo* and the Luanda of the 19th century

Luís Henriques

Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal
maritimo2000@netcabo.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3077-275X>

Resumo: Este estudo pretende identificar a mensagem política de *Cenas de África? Romance Íntimo*, de Pedro Félix Machado, autor angolano do século XIX. Publicada em 1892, pouco depois do Ultimato, a obra, originalmente um folheto e com as características do género, critica os aspectos censuráveis da colonização portuguesa de Angola: a escravidão e o trabalho forçado, os maus-tratos dos escravos e libertos, o mau carácter dos colonos, a deficiência da política metropolitana e a falta de instrução e de educação dos luandenses, nomeadamente das elites sociais e económicas. Não propondo um corte radical entre Portugal e a sua colónia, o romance de Pedro Machado defende o reforço do esforço civilizador metropolitano em Angola.

Palavras-chave: Portugal; Angola; literatura; política; Pedro Félix Machado.

¹ Este estudo beneficiou do auxílio e da prestação de informações do Dr. Duarte Catalão (Biblioteca da Ordem dos Advogados), da Dra. Ana Canas Delgado Martins (Arquivo Histórico-Ultramarino) e da Dra. Carla Fernandes (Arquivo da Universidade de Coimbra), a quem muito agradeço.

Abstract: This study intends to identify the political message of *Cenas de África? Romance Íntimo* by Pedro Félix Machado, Angolan author of the XIX century. Published in 1892, shortly after the Ultimatum, the work, originally a serial and with the characteristics of the genre, criticizes the objectionable aspects of the Portuguese colonization of Angola: slavery and forced labour, the mistreatment of slaves and freedmen, the bad character of the settlers, the defective metropolitan rule and the lack of instruction and education of the people of Luanda, namely the social and economic elites. Not suggesting a radical break between Portugal and its colony, Pedro Machado's novel supports the reinforcement of the metropolitan civilizing effort in Angola.

Keywords: Portugal; Angola; Literature; Politics; Pedro Félix Machado.

INTRODUÇÃO: TEMA E QUESTÕES

Foi um continente étnica e culturalmente heterogéneo, vivendo uma história e evolução próprias, que os europeus encontraram em África desde o século XV. Os contactos entre africanos e europeus e, sobretudo, a colonização e a partilha europeia do continente adicionaram complexidade ao mosaico de grupos humanos, tradições e poderes, ou seja, às diversas identidades africanas.

Naturalmente, esse facto é observável também em Angola. A zona assinalada com esse nome nos mapas portugueses era habitada por uma grande diversidade de povos com as suas organizações políticas e sociais, línguas, histórias e tradições (Douglas WHEELER; René PÉLISSIER, 2016, p. 32-36, 48-58). Nos espaços ocupados por Portugal, a colonização, o tráfico de escravos, o comércio, o desenvolvimento urbano, as guerras e a ligação à metrópole e à cultura europeia criaram no território uma identidade angolana, que integrava elementos identitários europeus e africanos.

Na cidade angolana de Luanda, existiu, conseqüentemente, no século XIX, um conjunto de habitantes do Império que se orientava pelas mundividades culturais ao mesmo tempo africana, europeia e portuguesa. Entre os luandenses, alguns brancos, negros e mestiços formavam uma reivindicativa

elite intelectual de funcionários públicos e de profissionais liberais, consciente do seu mérito e dos seus interesses. Os ideais e as exigências políticas e sociais dessa elite, que reclamava da metrópole o nível de desenvolvimento que desejava para a *sua* África, ficaram expostos nos periódicos e na literatura que publicou.

Entre os intelectuais angolanos que então trabalharam por esses ideais, esteve o escritor Pedro Félix Machado, que, no final do século XIX, publicou uma obra literária de sucesso: *Scenas d'África? Romance Intimo*. Romance em duas partes, saiu em folhetim na *Gazeta de Portugal*, jornal lisboeta, entre julho de 1891 e junho de 1892. Em 1892 foi também publicado em livro.

Evidentemente importante do ponto de vista cultural, o romance manifesta, por um lado, determinadas preferências estéticas, seguindo as escolas literárias em vigor na Europa e, por outro, as preocupações políticas e sociais do autor e do grupo social em que se inseria, o dos crioulos cultos de Luanda, que no final do século XIX se dedicava ao jornalismo e à literatura. Através do enredo e para além deste, o romance apresenta por isso uma certa percepção de Angola, que a contextualização do livro na sua época permite entender. Nesta sequência, o estudo que ora se apresenta é uma análise da obra *Cenas de África? Romance Íntimo*, de Pedro Félix Machado, com o objectivo de identificar uma mensagem política através das críticas explícitas e implícitas expostas pelo narrador². Essa mensagem, associada à ideia do progresso da colónia angolana, será identificada após a definição da cultura crioula e o estudo dos aspectos políticos e sociais tratados pelo autor ao longo do enredo: a condenação da escravidão e dos maus-tratos dos escravos e libertos, a crítica da colonização, da má gestão política da metrópole e do baixo nível cultural dos habitantes de Luanda (nomeadamente das suas elites).

PEDRO FÉLIX MACHADO NA LUANDA INTELECTUAL OITOCENTISTA

Há poucos dados biográficos sobre Pedro Félix Machado, laboriosamente compilados pelos estudiosos que se têm dedicado à análise da sua obra (prefácio de Eduardo Bonavena em Pedro Félix Machado, 2004, p. 7-28

² Para este estudo, utilizou-se a edição moderna do romance, republicado em Portugal mais de cem anos depois, em 2004, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. A edição foi organizada e prefaciada por Eduardo Bonavena.

e prefácio de Francisco Soares em Machado, 2000, p. 7-18. Neste particular, a novidade apresentada neste artigo é o ano do nascimento. Natural de Luanda, Pedro Machado nasceu não por volta de 1860 como se estimava, mas em 1853, entre julho e agosto³. Filho de um “próspero negociante da praça de Luanda e personalidade de tecto da sua Associação Comercial” (MACHADO, 2004, p. 8) – o açoriano António Félix Machado – e da luandense Ana Joaquina do Amaral Machado, os avós paternos eram de São Miguel (Açores) e os maternos de Luanda e provavelmente de origem brasileira (Alberto Oliveira PINTO, 2012, p. 16). Teve um irmão que foi um notável caricaturista, com carreira em Portugal e no Brasil: Julião Félix Machado (1863-1930) (BONAVENA, 1988, p. 18-21). Há autores que dizem ter Pedro Machado sido mestiço (Mário António Fernandes de OLIVEIRA, 1997, p. 112, MACHADO, 2004, p. 8; PINTO, 2012, p. 17-18). Porém, parece ter sido branco e não mulato ou negro, sendo também pouco provável que Engrácia, personagem do seu *Romance Íntimo*, fosse uma projecção da sua mãe, como propõe Oliveira, 1997, p. 116.

Pedro Félix Machado viveu a maior parte da sua vida em Angola, tendo porém passado algumas temporadas em Portugal⁴. É possível que tenha feito estudos pré-universitários em Portugal, onde se supõe que esteve por volta de 1870 (MACHADO, 2004, p. 8). Tendo sido mais tarde advogado provisionário em Angola, terá frequentado o curso de Direito, como exigia o decreto de 13 de Maio de 1869 e, depois dele, o de 12 de Janeiro de 1880, mas parece que não na Universidade de Coimbra⁵. Em Angola, teve cargos de responsabilidade e exerceu diferentes profissões⁶. Em 1880 já era

3 Ver requerimento de passaporte para Benguela, aquando do regresso de Pedro Machado a Angola, em 1892 (LISBOA, 1892).

4 Tanto quanto se pode verificar, sobretudo por meio da datação da sua poesia, Pedro Félix Machado esteve em Portugal quatro vezes. A hipotética primeira vez teria sido a estudar, por volta de 1870. As outras foram em novembro de 1881, em dezembro de 1889 e entre novembro de 1890 e o verão de 1892.

5 De um contacto com o Arquivo da Universidade de Coimbra resultou não se achar menção a Pedro Félix Machado no ficheiro de alunos. Também não consta dos anuários da Universidade (ANUÁRIOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1866-1880), consultados os referentes aos anos lectivos entre 1866-1867 e 1880-1881.

6 De um contacto com o Arquivo Histórico-Ultramarino resultou não se achar menção a Pedro Félix Machado, a partir dos instrumentos de investigação disponíveis. Sendo este um arquivo da administração colonial central, pesquisas subsequentes deverão ser feitas nos arquivos angolanos e num hipotético espólio da família de Pedro Félix Machado, se algum investigador o localizar.

advogado provisionário na comarca de Benguela e em 1892 tinha na mesma cidade “escritório de advogado e comércio” (MACHADO, 2004, p. 14); foi nomeado vogal do Conselho Inspector de Instrução Pública em 1884 e em 1888; foi professor da Escola Principal de Luanda, pelo menos desde 1884 (estando no lugar ainda em 1888), tendo também sido autorizado no final do mesmo ano a dar aulas gratuitas na sua casa; foi curador dos presos pobres da comarca de Luanda entre 1887 e 1888; segundo um anúncio de jornal de 1892, deixou em Lisboa um escritório de solicitador, presumivelmente entregue ao seu sócio Sertório Corte Real; e em 1893, foi delegado interino do Ministério Público. Não se sabe quando morreu, sendo apenas certo que era falecido em outubro de 1907. É natural que o exercício desses cargos tenha influenciado a sua obra, pois nos artigos escritos para os jornais e no romance em estudo manifestou preocupação e revolta com injustiças sociais.

A carreira de publicista terá começado com a publicação de um soneto no jornal *Cruzeiro do Sul* em 1875, portanto com cerca de 22 anos. A partir daqui e ao longo de cerca de vinte anos, Pedro Machado publicou em diversos periódicos angolanos: no *Jornal de Loanda*, no *Echo d’ Angola*, no *Futuro de Angola*, no *Pharol do Povo*, n’ *O Imparcial*, no *Arauto Africano*, n’ *O Polícia Africano* e n’ *A Semana* (de que foi editor, director e redactor).

A publicação do romance *Cenas de África* e do livro de poemas *Sorrisos e Desalentos*, em 1892, juntamente com a colaboração na *Gazeta de Portugal* em 1891-1892, deu-se numa conjuntura particular. Por volta de 1890, Pedro Machado foi preso em Luanda, ao que parece por causa de intrigas de inimigos. Possivelmente por esse facto, no fim de 1890 viajou para Portugal, onde se manteve por longo tempo, até meados de 1892, tendo até visitado Espanha no Verão de 1891. Provavelmente também por aquele facto, de regresso, fixou-se em Benguela e não em Luanda (MACHADO, 2004, p. 11-14). A estadia em Portugal terá sido muito relevante para a sua carreira literária. Não só teve a oportunidade de escrever para a *Gazeta de Portugal*, “jornal do Partido Regenerador” (MACHADO, 2004, p. 18), onde começou a sair com sucesso a obra *Cenas de África? Romance Íntimo* em folhetim, como publicou duas edições deste romance em livro, uma delas na conhecida editora e livraria Ferin, a qual incluía uma carta do magistrado e explorador africanista Francisco António Pinto. Conferencista de alguma nomeada, foi autor do relato de viagem *Missão ao Zaire* (1885), em edição da *Imprensa*

Nacional. Assim, Pedro Machado fazia-se notar num meio literário mais amplo do que o angolano. Se terá saído algo vexado de Angola, quando voltou teria talvez o seu prestígio ampliado por se ter afirmado enquanto escritor no meio metropolitano.

Scenas d’África? Romance Íntimo é, portanto, o título original do romance em duas partes que Pedro Félix Machado publicou na *Gazeta de Portugal* em folhetim, entre 28 de julho de 1891 e 3 de junho de 1892. Dado o seu sucesso, publicaram-no também, em 1892, a própria *Gazeta de Portugal* (provavelmente) e a livraria e editora Ferin, que, no mesmo ano, lhe publicou igualmente o volume de poemas *Sorrisos e Desalentos*⁷. Aliás, pela mesma altura, a Ferin ainda lhe publicou os monólogos *Uma Teima* e *Os Beijos*. O *Romance Íntimo* deveria fazer conjunto com outras duas obras: *Atonias ou o Caso do Bairro de Dona Estefânia* e *Os Dinheiros de um Comendador*. Um “no prelo” e o outro “em preparação” (MACHADO, 2004 p. 19), se foram publicados, estão actualmente perdidos. Releve-se que os três fariam parte de uma série que levava o título *Scenas d’África*, o que remete para um abrangente programa de descrição e crítica sociais da sociedade angolana, caro à Escola Realista⁸.

Pedro Machado conhecia as escolas literárias do seu tempo e acompanhou-as. A sua poesia foi classificada como parnasiana e próxima da escrita do poeta português João Penha (MACHADO, 2000, p. 7-12). O seu *Romance Íntimo*, porém, tendo características inequivocamente realistas, tem-nas igualmente românticas ou ultra-românticas. Ao lado da descrição de uma galeria de tipos angolanos, especialmente de Luanda (o comerciante que antigamente negociava escravos, o juiz pouco escrupuloso, o colono rude, o negro, fosse escravo ou liberto, ignorante e diminuído), e da denúncia de injustiças sociais, o autor investe, em tom melodramático, no complexo romanesco que envolve as personagens em emotivos e inverosímeis encontros e desencontros. Trata-se, portanto, de uma obra literariamente compósita⁹.

7 Tem edição moderna portuguesa, da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (2000).

8 Uma vez que o título *Cenas de África* nomearia a série, neste artigo a obra de Pedro Félix Machado será referida pelo título da única obra conhecida dessa série: *Romance Íntimo*, a que se retira o ponto de interrogação (que faz parte do título) por uma questão de comodidade visual.

9 Noutro local, desenvolverei esta ideia.

Para além da questão da escola literária, Pedro Félix Machado estava inserido no contexto social e cultural de uma elite intelectual, urbana e culta de filhos do país, cuja identidade e cujos interesses decorriam do encontro entre as culturas europeia, africana e brasileira.

Essa condição pessoal reflecte-se no *Romance Íntimo*, onde o filho do país, para além do enredo romanesco, fez um estudo crítico da deficiente administração colonial, da sociedade escravagista, dos colonos ignorantes e dos negros vivendo em obscurantismo e abatimento, o que era consentâneo com a sua ideologia. Pedro Félix Machado, como vários dos jornalistas seus conterrâneos, era republicano e apoiava, se não a independência de Angola, ao menos uma ampla autonomia política. Sendo moderado e privilegiando reformas progressistas a favor da população nas áreas do sufrágio, da administração, da educação e da economia, como meio de chegar a uma emancipação, Pedro Machado estaria “na linha evolucionista do nacionalismo angolano oitocentista que contrastava com a linha revolucionária capitaneada por José de Fontes Pereira” (MACHADO, 2004, p. 21; ver também Cristina Portella RIBEIRO, 2012, p. 112-113)¹⁰.

UMA CULTURA CRIOLA

A colonização europeia pelo mundo teve, entre outros, o efeito de criar novas identidades. A evolução das sociedades coloniais, decorrente do povoamento europeu mais ou menos conflituoso e dos contactos e relacionamentos entre os autóctones do território colonizado e os europeus para aí emigrados, originou novas populações, cujas referências culturais tinham como fonte essas identidades *iniciais*. Explica Mário António Fernandes de Oliveira (1990, p. 191): “O processo da expansão europeia por todos os continentes implicou transferências de gente e de culturas que nos países destinatários originaram situações de contacto, de que resultaram sociedades e produtos sociais claramente simbióticos”. Para designar os sujeitos dessas sociedades e culturas “simbióticas” pode usar-se o termo *crioulo*.

Dicionários e enciclopédias registam os diferentes sentidos da palavra, mas, para este estudo, pode assentar-se neste: *crioulos* são os indivíduos que,

¹⁰ José de Fontes Pereira (1824-1891) foi um polémico jornalista angolano.

tendo ascendência europeia, foram nascidos e criados numa colónia americana ou noutra espaço tropical (incluindo, portanto, África) e também os negros naturais de uma colónia americana mas não os que foram transportados de África (José Pedro MACHADO, 1989, p. 546; OLIVEIRA, 1997, p. 11-12).

Crioulo é, porém, um conceito mais preciso e utilizável se incluir o aspecto cultural a adicionar à progénie dos sujeitos. Foram nesse sentido os estudos dos autores que identificaram na cultura angolana, formada entre as populações que habitaram as zonas colonizadas de Angola por Portugal, uma cultura crioula (por exemplo, OLIVEIRA, 1997, p. 11-18; Francisco SOARES, 2001, p. 9-19). Assim era porque se formou a partir do contacto entre as culturas europeia e africana e da junção de referências de ambas. “A cultura crioula era uma mistura de elementos portugueses e quimbundo.”, afirmaram Douglas Wheeler e René Pélissier (2016, p. 116)¹¹. De facto, as populações das zonas colonizadas por Portugal em Angola partilhavam uma mundividência bifacial africana e europeia. Jill DIAS (1998, p. 518) notou que, em confronto com as autoridades e os colonos portugueses, os intelectuais “filhos do país”, recorrendo às “correntes literárias e filosóficas europeias, sobretudo o Romantismo”, dispuseram-se a “defender e reafirmar a sua identidade cultural africana”.

No estudo da criouldade angolana, sobretudo atinente à Literatura, Francisco Soares identificou a heterogeneidade interna dos seus dois componentes essenciais ao “alargar também as fontes dos elementos cruzados” (SOARES: 2001, p. 15), ou seja, distinguiu nas culturas europeia e africana múltiplos elementos formadores. A parte europeia não seria somente portuguesa, mas também (e não só) francesa e italiana. A componente cultural africana teria sido formada pelas culturas “banto e prébanto” (SOARES: 2001, p. 15), pelas influências dos movimentos pan-africanos e da negritude aparecidos na América, sem esquecer, também como sujeito activo, a própria criouldade angolana, já antiga, datada em Luanda dos “primórdios do século XVII” (SOARES: 2001, p. 15). Haveria ainda, de origem americana,

11 Ainda que com cautela, leia-se uma reflexão sobre a criouldade de Luanda em Oliveira, 1970, p. 13-56.

a influência das culturas brasileira e cubana, também crioulas (SOARES, 2001, p. 15-18)¹².

A cultura crioula tinha origem e manifestava-se na heterogeneidade étnica e social das zonas colonizadas por Portugal, habitadas por um conjunto de sujeitos africanos com diferentes tons de pele mas também por metropolitanos e oriundos de outros sítios como o Brasil. A heterogeneidade social e cultural notava-se nos hábitos do quotidiano e no sincretismo religioso (OLIVEIRA, 1997, p. 24; DIAS, 1998, p. 508-512; Aida Faria FREUDENTHAL, 2001, p. 414-416, 429-432; WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 113-117, 147-151; Júlio de Castro LOPO, 1974, p. 25; Carlos ERVEDOSA, 1979, p. 23-24, 59-61; David BIRMINGHAM, 2017, p. 49-51). E exprimiam-na, também, os intelectuais na imprensa. Como assinalou DIAS (1998, p. 519), referindo-se só à elite culta: “Mantinha-se uma vida política intensa nos núcleos coloniais de Angola graças à vivacidade intelectual de uma pequena elite, culturalmente mista, de filhos do país, de portugueses da metrópole e de brasileiros, entre outros.” Acrescente-se a afirmação de Aida FREUDENTHAL (2001, p. 372): “Os estudos sobre a sociedade colonial publicados nas duas últimas décadas assinalam a existência de uma elite bastante heterogénea composta por indivíduos negros, mestiços e alguns brancos que classificaremos como burguesia”. Na obra colectiva *Voz de Angola: clamando no deserto*, o texto do cónego António José do Nascimento refere “indígenas brancos, pretos e mulatos” (*apud* ERVEDOSA, 1979, p. 58).

O presente estudo, embora concentrado em Pedro Félix Machado, refere-se a essa “pequena elite, culturalmente mista”, de mundividência bifacial africana e europeia e com diferentes cores de pele, de que esse escritor era parte¹³.

12 O estudo deste autor compreende os séculos XVII a XX, pelo que as influências descritas se referem à formação da cultura literária angolana em todo esse período.

13 Note-se que, para além dos sujeitos nascidos e criados na colónia, que, independentemente da cor da pele, partilhassem da dita mundividência bifacial africana e europeia, poder-se-iam talvez considerar também crioulos angolanos aqueles indivíduos que, sendo naturais de outro local (metropolitanos e brasileiros, por exemplo), se integrassem nessa mundividência. A sua exclusão pode resultar numa imagem incompleta dos protagonistas do espaço público e cultural angolano. Neste sentido, para nomear a elite cultural angolana da época, é preferível o termo *crioulo* a *filho do país*, a *angolense* ou a *assimilado*, por ser mais abrangente e portanto mais realista no estudo da cultura da colónia angolana.

Pedro Félix Machado, integrado como advogado e jornalista na sociedade crioula angolana, especialmente de Luanda e de Benguela, cidades onde viveu, e tendo sido um dos protagonistas da sua elite intelectual e urbana de publicistas (incluindo funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes), escreveu o *Romance Íntimo* na perspectiva desse grupo.

A mundividência bifacial africana e europeia desta elite concretizava-se, por um lado, no sentimento de pertença a uma comunidade africana, influenciada pela cultura e pela língua quimbunda, predominante “na área de Luanda e no baixo vale do Cuanza” (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 34) e no conseqüente e natural interesse por questões africanas. Por outro lado, havendo igualmente a convicção de pertença à cultura portuguesa, parte essencial do modo de pensar essas questões, nomeadamente as políticas, tinha como modelo a cultura europeia, sendo referências europeias a desejada cidadania nacional ou o republicanismo que alguns dos jornalistas defendiam (DIAS, 1998, p. 518-519, 539-542; WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 150-151, 154; OLIVEIRA, 1997, p. 79-80; ERVEDOSA, 1979, p. 30-31). É de notar, aliás, que em geral “no final do século XIX, estavam disponíveis em Luanda quase todas as publicações que se encontravam à venda em Lisboa, com notória relevância para a mais festejada contemporaneidade” (OLIVEIRA, 1997, p. 107). Orgulhosamente africanos e angolanos por um lado, os intelectuais crioulos tinham, por outro, a convicção da própria superioridade entre os povos de Angola. Na posse do conhecimento e dos métodos científicos europeus, estes intelectuais seriam não só os representantes de uma cultura africana superior, como os mediadores entre os povos autóctones e a sua própria cultura, entendida esta a partir de conceitos científicos europeus. Para além da leitura e da escrita, ferramentas como a Antropologia, a Filologia e a História, cultivadas pelos intelectuais crioulos, permitiriam aos povos de Angola compreenderem o grande valor do seu património e encorajá-los-iam a consolidarem a sua identidade, até possivelmente como base de uma futura independência política¹⁴.

14 Veja-se em Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894), poeta, pedagogo e antropólogo amador, o exemplo de um negro angolano que, usando dos seus conhecimentos da ciência europeia, trabalhou na recolha sistemática e na divulgação da cultura quimbunda: Oliveira, 1997, p. 85-110 e Mário António Fernandes de Oliveira, 1990, p. 143-156, 339-341, 473-480. Ver ainda o prefácio de *Delírios*, seu livro de poemas, da autoria de Eduardo Bonavena, em Joaquim Dias Cordeiro da Matta, 2001, p. 7-24.

AS CAUSAS CRIOULAS

Foi a partir da referida mundividência que a elite intelectual angolana defendeu um conjunto de causas no interesse da colônia: melhorias na gestão do governo-geral da colônia, a expansão da educação (reconhecidamente uma das lacunas mais graves), a liberdade de imprensa, melhorias nas comunicações, beneficiação da agricultura, associada à ocupação do território da colônia, maior representatividade eleitoral dos angolanos nas Cortes, o fim do tráfico, da escravidão¹⁵, do trabalho forçado, do racismo contra os africanos, o fim da discriminação dos *filhos do país* na Administração Pública a favor de metropolitanos, a defesa de uma identidade angolana (através do jornalismo e da literatura) e da cidadania plena no âmbito do Império e a autonomia política da colônia. Muitos destes intelectuais e publicistas eram republicanos e os mais radicais defendiam a independência de Angola (DIAS, 1998, p. 515-542; FREUDENTHAL, 2001, p. 416-426, 433-439). No século XIX, essas reivindicações políticas afirmavam uma identidade angolana, ao mesmo tempo em oposição e na continuidade da metropolitana, numa tensão entre expectativas e frustrações com a governação da colônia. Aliás, segundo Odd Arne WESTAD (2018, p. 23), os autóctones cultos ou europeizados das colônias europeias, no seu conjunto, protagonizaram com as sufragistas e os operários um dos três movimentos de emancipação do virar do século XIX para XX. Distanciando-se dos demais nativos dessas colônias, “armadas com as ideias e conceitos da metrópole imperial mas afinados para uso local, as elites eruditas penderam entre o aproveitamento do sistema colonial e a oposição a este em nome da independência” (WESTAD, 2018, p. 23).

Esse contexto geral de revolta contra as metrópoles, que não deixa de ter vocação independentista, deverá ser considerado no estudo das manifestações culturais e políticas da elite crioula de Angola. Apesar de o perfil de Pedro Machado ser moderado, o seu romance deve ser compreendido no mesmo contexto e sem esquecer a bifacialidade africana-europeia. As críticas a uma metrópole distante e aparentemente desleixada com as colônias estão presentes no *Romance Íntimo*. Mas também a mundividência do africano eu-

15 Note-se, porém, que vários afro-portugueses tinham escravos e afirmavam “publicamente, o seu direito à posse de escravos, reclamando, em especial, a obrigação de o governo português conceder uma indemnização aos donos dos mesmos” (DIAS, 1998, p. 539).

ropeizado que defendia a pertença a uma civilização superior e a necessidade da sua expansão em África, enquanto condição de progresso. Ainda que natural de Luanda (embora escrevendo em Portugal), Pedro Machado chega a referir-se ao “nosso continente europeu” (MACHADO, 2004, p. 214, *italico meu*). Sem deixar de criticar os executivos, na continuidade do trabalho dos jornalistas angolanos, Machado manifesta cumplicidade com Portugal e com o seu poder imperial em África.

No contexto da monarquia constitucional e da extensão dos direitos e liberdades da Carta Constitucional às colónias, as exigências dos crioulos manifestavam-se na esfera pública colonial angolana através de diferentes meios¹⁶:

a) um recém-criado espaço mediático, onde, após a criação do *Boletim do Governo Geral* de Angola (1845), jornal oficial do governo, e especialmente após a publicação dos primeiros jornais privados, ditos da *imprensa livre* (*A Aurora* em 1856 e *A Civilização da África Portuguesa* em 1866), passaram a circular mais ou menos livremente as ideias políticas dos intelectuais crioulos e dos colonos, sendo também a literatura uma expressão importante neste espaço (DIAS, 1998, p. 529-533; LOPO, 1974, p. 11-29; FREUDENTHAL, 2001, p. 423-426);

b) um espaço eleitoral, em que ocorriam campanhas e eleições para os órgãos locais e para as Cortes, ainda que com as limitações do caciquismo, da violência, da corrupção e, afinal, da pouca representatividade da colónia no Parlamento em Lisboa (DIAS, 1998, p.533-535 e FREUDENTHAL, 2001, p. 439-440);

c) um espaço de sociabilidade e debate que incluía a rua, as lojas, os cafés, associações e clubes e festas populares como o Carnaval (em que diferentes figuras políticas da colónia eram satirizadas (FREUDENTHAL, 2001, p. 412-413)¹⁷.

16 Sobre o conceito de esfera pública, ver o estudo clássico de Jürgen Habermas, 2012 [1962]. Note-se que houve no século XIX diferentes interpretações sobre a atribuição da cidadania portuguesa à população das colónias. A leitura conjunta dos arts. 7º/1 e 6º da Carta Constitucional, sugere que os naturais das colónias que tivessem outras religiões que não a católica, confissão do Estado, não seriam cidadãos portugueses. Sobre esta questão veja-se Cristina Nogueira da Silva, 2007, p. 50 ss. em especial.

17 Ver no romance de António de Assis Júnior (1979, p. 40-43) a cena, breve, dos comerciantes e burocratas do Dondo em conversa sobre comércio e política no fim de um dia de trabalho.

Como “escritor publico”¹⁸, Pedro Machado usou a ficção num jornal político para falar sobre temas em debate na colónia e que interessavam a toda a opinião pública preocupada com assuntos coloniais. Ainda que publicado em Portugal, o *Romance Íntimo*, na discussão de assuntos de interesse público, não deixa de decorrer também da esfera pública angolana, onde o seu autor medrou como publicista¹⁹.

O *Romance Íntimo* terá sido escrito e pensado para figuração num periódico em formato folhetinesco e essencialmente para divertir o leitor e mantê-lo envolvido na leitura ao longo dos vários números. Não se conhecendo a história da produção da obra, pode presumir-se que, independentemente de o autor ter ideias feitas sobre o enredo e até um plano geral prévio, se tratou de um folhetim-série, escrito “à peça”, por partes, número a número e associado ao espaço concedido *ad hoc* no jornal (SANTOS, 1997, p. 191, sobre as modalidades do folhetim). Com efeito, justificando uma das suas reflexões, o próprio autor dá uma pista nesse sentido: “Eu tinha necessidade de arredondar o capítulo, e não achei para isso nada melhor do que estas inócuas considerações” (MACHADO, 2004, p. 225). Isto explicaria, em parte, o enredo complicado e dinâmico, o tom dramático e até um erro ou outro na localização da acção no tempo. O êxito do romance enquanto folhetim justifica as posteriores edições em livro, como era costume acontecer aos folhetins de sucesso (SANTOS, 1997, p. 191).

Por outro lado, a obra também expõe algumas das causas dos intelectuais crioulos, quer de forma explícita quer implícita, reflectindo os temas em debate nos periódicos angolanos. O enredo e as personagens, na sua representação da vida em Angola em meados do século XIX, exemplificam essas persistentes reivindicações. A criação de um conjunto de tipos, recurso literário da Escola Realista, deu ao autor a possibilidade de criticar certos aspectos da vida colonial.

Assim, pode afirmar-se que o autor critica explicitamente a escravidão, o tráfico negroiro, os maus-tratos infligidos aos libertos (antigos escravos) e o

18 Ocupação atribuída a Pedro Machado no certificado passado pela Relação de Lisboa anexo ao já citado requerimento de passaporte para Benguela (LISBOA, 1892).

19 No *Romance Íntimo*, um breve episódio de conversa política num café mostra um fragmento da esfera pública em Luanda (MACHADO, 2004, p. 86). Trata-se de um episódio real, de 1867, que Pedro Machado recordaria da sua adolescência. Sobre esse episódio ver Dias, 1998, p. 531.

modesto desenvolvimento da colónia associado a um diminuído exercício da soberania portuguesa. Implicitamente, critica a escassa educação dos colonos metropolitanos e até a da própria sociedade luandense, bem como os limitados horizontes nas vidas das mulheres.

ESCRavidÃO, TRÁFICO E MAUS-TRATOS

É possível localizar a acção do *Romance Íntimo* no tempo a partir das indicações do narrador. A primeira parte passa-se em 1869²⁰; a segunda parte inclui uma analepse que retrocede a 1846-1847²¹; os últimos capítulos passam-se em 1870. A acção tem lugar, portanto, no período histórico angolano da tentativa de transição da economia assente na escravatura para uma economia produtiva, apoiada nos recursos da colónia e em iniciativas económicas lícitas. A origem desta alteração foi, no virar do século XVIII para XIX, a mudança da mentalidade europeia e ocidental, que tornou o tráfico e a escravidão moralmente censuráveis (MARQUES, 1999, p. 30-49). O projecto de conversão económica das colónias portuguesas teve resultados limitados. Por um lado, a situação tinha mudado: alguns negreiros perderam a sua fonte de riqueza após a supressão do tráfico transatlântico (MARQUES, 2001, p. 635-636) e aumentou a relevância do comércio lícito (OLIVEIRA, 2014, p. 373-374). Apesar da grande complacência de que a escravidão continuava a beneficiar e da resistência e conivência de alguns funcionários públicos, entrar no tráfico no novo contexto era mais difícil por causa da repressão das autoridades e também cada vez mais associado a falta de escrúpulos (MARQUES, 2001, p. 609-610). Por outro lado, terminado o tráfico negreiro transatlântico, substituiu-o, na própria colónia, o tráfico interno de escravos, que ludibriava as leis abolicionistas (DIAS, 1998, p. 457-461), tendo estas ficado “pela sua maior parte, sem efeito em Angola” (DIAS, 1998, p. 460).

20 No início da primeira parte, o narrador não revela exactamente o ano da acção, dizendo que era “uma noite de Junho de 186...” (MACHADO, 2004, p. 32), mas menciona factos que o indicam. Refere que o governador-geral era Gonçalves Cardoso (MACHADO, 2004, p. 86), que esteve nesse lugar entre 1866 e 1869, e afirma que Andrade tinha “libertos” (MACHADO, 2004, p. 68), o que localiza a acção depois da lei de 25 de Fevereiro de 1869, que aboliu a escravatura no Império e substituiu todos os escravos por *libertos*.

21 Esta data é revelada pela idade de Duprat. Se tinha 45 anos em 1869 (MACHADO, 2004, p. 56), teria 22 anos em 1846 (MACHADO, 2004, p. 163).

Ao iniciar-se a acção do romance, situada em Junho de 1869, tinham já entrado em vigor vários importantes marcos legislativos abolicionistas em Portugal, tendo o mais recente sido a lei de 25 de Fevereiro de 1869, que, por um lado, finalmente abolia a escravidão em todo o espaço imperial, mas por outro mantinha os *libertos* ligados aos *antigos* proprietários pela prestação obrigatória de trabalho até 1878, data depois antecipada em Angola para 1876 (António Henrique de Oliveira MARQUES, 1998, p. 185-186; Valentim ALEXANDRE, 2008, p. 113-119, 133; Margarida SEIXAS, 2021, p. 226).

Localizado, portanto, na referida época de transição, o *Romance Íntimo* dá conta do lugar do tráfico e da escravidão na sociedade luandense. Na analepse da segunda parte é evidenciado o interesse dos comerciantes de Luanda no tráfico negroiro e a sua dependência dele.

Duas coisas importantes convulsionavam nessa ocasião [em 1847] a curiosidade pública dos comícios: o assassinato do negociante Monteiro e um importante embarque de negros que interessava muitos dos principais negociantes daquela praça. [...] O embarque projectado era de oitocentas cabeças... *de alcatrão* – diziam os entendidos – as quais, nessa época, deviam render, livres para os carregadores, uns 600 contos! (MACHADO, 2004, p. 175-176).

Lemos e Andrade, os dois principais comerciantes do romance, têm um passado ligado ao tráfico negroiro. O autor inspirar-se-ia decerto em casos conhecidos e, de facto, refere o de D. Ana Joaquina dos Santos, grande proprietária mestiça, que na primeira metade do século XIX fez fortuna no tráfico (Machado, 2004, p. 176) e cuja memória perdeu-se “em tons sinistros na tradição oral de Luanda” (GRANDE..., v. 27, p. 342). Mas ainda vivia no seu tempo de juventude o célebre Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo (1792-1869), não mencionado na obra, mas cuja vida é uma chave para a compreensão da economia escravista e para a leitura dessas personagens no *Romance Íntimo*²². O tráfico negroiro foi uma actividade frequente e por vezes

22 Sobre este comerciante negroiro, ver Marques, 2001. Não lhe é feita referência no romance talvez porque Pedro Machado conhecesse o seu filho, Arsénio de Carpo, residente em Angola e também jornalista (RI-BEIRO, 2021, p. 40, 63). Havendo uma relação pessoal e/ou na proximidade da memória do comerciante negroiro, não seria oportuno recordar em presença do filho o que o pai se esforçava por esconder.

exclusiva na classe dos comerciantes em Angola, mesmo quando se tentava limitá-la e proibi-la. Lemos e Andrade são, assim, personagens-tipo que Pedro Machado utilizou para falar do tema. Ao contar a história de Andrade, pôde apontar as vicissitudes do comércio negreiro, os riscos de ser colhido pelas autoridades e as mudanças frequentes de fortuna; mas também descrever a conversão de um negreiro num comerciante de trato lícito: no tempo da primeira parte da narrativa, em 1869, tendo conseguido juntar alguma riqueza, Andrade já deixara o comércio de escravos, tendo sido o maior rigor da fiscalização das autoridades incentivo bastante para tal (MACHADO, 2004, p. 67-68)²³. O que se diz de Lemos poderia, em resumo, aplicar-se-lhe: “Fora capitão de navios, fizera escravatura e decidira estabelecer comércio lícito naquela praça, desde que os transportes da antiga *mercadoria* começaram a dificultar-se” (MACHADO, 2004, p. 132). De facto, a partir da década de 1840, as autoridades portuguesas tornaram-se gradualmente mais eficazes na perseguição dos navios negreiros nas costas das suas colónias, ainda que com constrangimentos diplomáticos e financeiros ou advindos da corrupção ou conivência de alguns funcionários. Isto foi alcançado não sem a pressão britânica, que também levou o Brasil a suprimir o tráfico a partir de 1850 (MARQUES, 1999, p. 307-308, 311-334; Armelle ENDERS, 1997, p. 59-60).

O narrador não deixa ainda de mostrar ao leitor as condições em que se transportavam os negros a serem vendidos, através do episódio da viagem de Fernando Gouveia (Duprat) a bordo do navio negreiro onde Andrade o escondera para lhe salvar a vida, pois Eça Raposo pretendia assassiná-lo.

Então, Fernando rememorou as horríveis cenas do embarque, em que aqueles desgraçados, acorrentados uns aos outros, marcados a fogo no peito, iam debaixo do azorrague embarcar sem saber para onde, trabalhar toda a vida para senhores brutais e mesquinhos que os tratariam como coisas por os terem comprado como bestas! E eles – os desgraçados – sabiam bem que nunca mais veriam a sua terra, as suas palmeiras, a sua família, os seus companheiros de infância! – Nunca mais! (MACHADO, 2004, p. 177).

23 Tal como Arsénio de Carpo no final da sua carreira de comerciante, Andrade fazia comércio com o interior de Angola (Marques, 2001. p. 638; Machado, 2004, p. 61).

Ao longo dos capítulos III e IV da segunda parte, regista-se o essencial da viagem: os negros aprisionados e maltratados, a boçalidade da maior parte dos homens a bordo e a perseguição e fiscalização das autoridades.

A lei da abolição (1869) previa que o *liberto*, antigo escravo, não passaria imediatamente à condição de pessoa livre. Ficava a dever ao antigo proprietário mais uma década de trabalho, abreviada depois em alguns anos com a consequente extinção do *liberto* e a criação, em seu lugar, do *serviçal* (legislação de 1875 e 1878), trabalhador com mais direitos teóricos, muito limitados na prática, e de facto quase escravo (ALEXANDRE, 2008, p. 133-134; MARQUES, 1998, p. 186-187).

Tendo o autor localizado o *Romance Íntimo* poucos meses após a entrada em vigor da lei da abolição, pôde explicar a situação prática dos libertos, sem ilusões:

Os escravos haviam tomado esta eufémica denominação [libertos] por um decreto [de 1869] que, dizendo acabada a escravatura, obrigava os antigos escravos a trabalharem por dez anos para os senhores, que passavam a chamar-se patrões, regulamentando-lhes o serviço, obrigando os senhores ao registo deles e estabelecendo-lhes os direitos.

Mas tão hipotéticos eram esses direitos que todas as madrugadas ecoavam pela cidade os gritos angustiosos dos desgraçados *libertos* que os patrões mandavam *surrar oficialmente* no Quartel do Carmo.

Por detrás da Igreja do Carmo, situada em um dos pontos mais altos da cidade, encostada á parede do altar-mor, era a enxovia do quartel da polícia, e nas grades da porta dela amarravam-se os desgraçados que os patrões, sem outra formalidade mais do que a requisição do castigo, mandavam para ali a fim de serem flagelados desapiedadamente, mediante o pagamento de uns tantos réis por cada açoite!

E já isto era um grande passo para a civilização, porque evitava os abusos que os donos de escravos praticavam quando os castigavam em casa, o que nesta época era proibido. (MACHADO, 2004, p. 68).

Apesar de as autoridades limitarem os castigos domésticos, “muitos fazendeiros [por exemplo] continuavam a infligir, arbitrariamente, severos castigos e torturas” (DIAS, 1998, p. 462). Associados, portanto, à situação dos libertos ou à dos escravos estavam os maus-tratos rotineiros, que o *Romance Íntimo* testemunha. O comerciante Andrade, por exemplo, não levava

os libertos da sua residência à polícia por tal ser “bárbaro” e “castigava-os em casa, com muito mais comodidade e economia” (MACHADO, 2004, p. 68). Em certo momento, chicoteou-os prolongadamente para obter uma informação (MACHADO, 2004, p. 94) e, por vingança, chegou a esfaquear a ama da filha (MACHADO, 2004, p. 103-108)²⁴. Também Luís, o criado negro de Ernesto, é por ele castigado com bengaladas, por ter adormecido com a bebida e não lhe ter aberto a porta de casa (MACHADO, 2004 p. 53-54)²⁵. Ainda que o narrador não atribua tais iniciativas aos libertos e escravos do romance, estão historicamente registadas revoltas e fugas de escravos e libertos, queixas às autoridades e ainda a constituição de “quilombos”, povoações destes fugitivos “com organização e hierarquia políticas” (DIAS, 1998, p. 464), sendo causas desses factos os maus-tratos habituais e a ausência de liberdade ou o seu adiamento legal e mistificação prática (DIAS, 1998, p. 462-468).

Nesta sequência, o uso das personagens-tipo, a descrição do transporte dos negros e dos maus-tratos e a apresentação de uma conduta rude e corrupta dos envolvidos no tráfico de pessoas no *Romance Íntimo* indicam claramente a opinião abolicionista de Pedro Machado, aliás coerente com a sua ideologia progressista.

No mesmo sentido, há evidente simpatia do narrador em relação ao governador-geral em funções na época da acção da primeira parte do romance, Francisco António Gonçalves Cardoso (1800-1875), o que se deverá à sua oposição à escravatura, aliás de longa data (MARQUES, 1999, p. 315, 319, 325-326). Uma segunda razão poderia estar nas medidas desenvolvimentistas aplicadas pelo governador em Angola²⁶. O narrador, severo na crítica dos males da colónia, não o hostiliza e fá-lo figurar duas vezes no romance em homenagem à sua memória (MACHADO, 2004, p. 86 (aqui

24 Ver outra referência aos castigos de Andrade (MACHADO, 2004, p. 90). Compare-se o tratamento dos libertos de Andrade com o tratamento no geral dado aos serviços angolanos no fim do século XIX em Freudenthal, 2001, p. 382-384.

25 Outros exemplos de agressões: Machado, 2004, p. 103-108.

26 Ver nota biográfica em GRANDE..., v. 12, p. 564.

apenas aludido) e 148), apesar de Cardoso ter chegado a suprimir um jornal que criticou o seu governo²⁷.

O DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA E A SOBERANIA PORTUGUESA

O *Romance Íntimo*, de 1892, foi publicado no contexto da competição das potências europeias pelo domínio de África, marcado pela Conferência de Berlim (1884-1885), e pouco depois do Ultimato Inglês a Portugal (1890)²⁸.

A concorrência internacional pela ocupação dos territórios africanos implicava o investimento necessário a uma presença efectiva, de preferência a direitos históricos. Desenvolver as colónias e expandir o controlo sobre o território para concretizar a soberania da metrópole, implicando frequentemente a guerra contra chefes políticos africanos hostis, eram condições dessa presença. Em Portugal, temia-se a perda de território para potências concorrentes (OLIVEIRA, 2014, p. 384-385).

O escasso investimento em Angola era uma crítica frequente dos intelectuais crioulos. Também Pedro Machado censurava o abandono das colónias. No *Romance Íntimo*, o episódio da viagem de Eça Raposo ao interior (que acaba no Dondo) é aproveitado para descrever a insuficiência das comunicações e de bons serviços sanitários (MACHADO, 2004, p. 213-218)²⁹. O plano de Eça Raposo, com paragens em várias localidades a leste de Luanda, “se fosse rigorosamente seguido”, seria “uma nova forma de suicídio” (MACHADO, 2004, p. 214). Embora a acção se situe em meados do século XIX, a crítica da minguada presença metropolitana continuava actual em 1891-1892, sendo então ainda mais importante no contexto da concorrência

27 Na p. 86, não deixará de haver uma crítica à forma como Gonçalves Cardoso fez encerrar o jornal *A Civilização da África Portuguesa* (“uma prepotência”), tendo os redactores sido presos. Note-se que tal ocorreu em 1867 e não em 1869 (Dias, 1998, p. 531-532).

28 Sobre a conjuntura, ver Enders, 1997, p. 63-69 e Pedro Aires Oliveira, 2014, p. 377 ss. e 409 ss.

29 Através do Conselheiro Eça Raposo, “especialmente enviado pelo governo da metrópole para estudar a organização do serviço da fazenda e aduana de toda a província de Angola” (MACHADO, 2004, p. 40), o narrador parece ter querido criticar a arrogância e a hipocrisia de uma velha aristocracia portuguesa com pretensões anacrónicas de pureza de sangue, aliás em decadência durante o século XIX (MACHADO, 2004, p. 130-131, 167-168, 170). Para além de estabelecer a impossibilidade romanesca da união de Fernando Gouveia a Leonila, o ódio de Eça Raposo por Gouveia, filho de um judeu, teve talvez também o objectivo de criticar o racismo anti-semita do século XIX.

européia por África e com a indignação do Ultimato ainda presente na opinião pública. Foi, aliás, essa conjuntura que motivou ao narrador uma reflexão sobre a escassa presença portuguesa na colônia e sobre a perda de vantagens face a outras potências:

Se os governos mais conspícuos e aproveitados houvessem sabido a tempo tornar efectiva uma posse virtual, mas radicada pela tradição, fortificada pelas crenças religiosas – éramos hoje senhores de um vasto empório colonial, que nos indemnizaria dos dispêndios de sangue e da fazenda que fizemos para conseguir o que perdemos e o que ainda possuímos.

Infelizmente, Portugal, com esse sistema fidalgo perdulário, só se recorda dos seus domínios quando lhos roubam; só acordou da sua indiferença quando se lhe assenhorearam da melhor parte da província de Angola, para ocupar a parte talvez menos produtiva do que desprezara (MACHADO, 2004, p. 183-184).

A escassa presença de Portugal na colônia chegaria a resultar em fenómenos opostos ao da civilização do negro: originária, como no Zaire, a assimilação do branco, casos de integração de colonos brancos nas sociedades africanas do interior, entendidos pelo autor como um declínio cultural e uma condição pior que a de degredado (MACHADO, 2004, p. 184).

Nestas apreciações, Pedro Machado não difere dos que em Portugal se preocupavam com a deficiência do desenvolvimento colonial.

Francisco Maria Bordalo (1821-1861), oficial da Marinha e escritor português que esteve em Angola, abolicionista tal como Pedro Machado, também em romance registou essa crítica. Em *Eugénio* (1854), tendo como cenário a viagem de uma corveta portuguesa “nos mares de África para reprimir o tráfico infame da escravatura” (BORDALO, 1998, p. 8), ao referir o interior e criticando a corrupção e o desinteresse do funcionalismo colonial, diz o narrador: “Este extenso país jaz sem cultura, sem indústria, sem um raio de luz da civilização” (BORDALO, 1998, p. 95)³⁰.

No mesmo sentido, do relatório que Rebelo da Silva (1822-1871), ministro da Marinha e do Ultramar em 1869-1870, apresentou às Cortes em 1870, para exposição das reformas realizadas, inferem-se os limites da colo-

³⁰ A obra *Eugénio: Romance Marítimo* teve primeira edição em 1846 (Rio de Janeiro). A de 1854 (Lisboa) é a segunda e foi corrigida pelo autor. Tem reedição moderna (BORDALO, 1998).

nização. Apesar do tom otimista e de constatar os progressos de Angola, o documento assinala dificuldades em cobrar impostos no interior por “falta de pessoal habilitado” (Luís Augusto Rebelo da SILVA, 1969, p. 167), o persistente *deficit* financeiro até 1868 (SILVA, 1969, *ibidem*: p. 169), a falta de “obras públicas” para “tantas necessidades urgentes”, estando “muito atrasadas” as “comunicações terrestres e fluviais” (SILVA, 1969, p. 172-173), o diminuto número de alunos no ensino primário e a pouca cultura dos mestres (SILVA, 1969, p. 174-175). É natural, porém, que o ministro, por ser metropolitano, por estar distante e vendo os problemas do exterior, e em parte também por querer defender a sua acção, tenha tido, independentemente da sua probidade, um tom mais otimista do que Pedro Machado.

As observações de Pedro Félix Machado e a sua defesa do imperialismo português, sem o deslocarem da sua identidade africana, colocam-no em cumplicidade com o colonizador europeu, de quem seria, como muitos outros africanos, um parceiro óbvio na obra civilizadora. Óbvio por ser *culto*, ou seja, iniciado na cultura superior que complementaria a africana ou que permitiria verdadeiramente fruir dela. Esta simbiose, nos projectos ideológicos de muitos crioulos, conferiria a capacidade e criaria a possibilidade de uma autonomia ou independência da metrópole e, por outro lado, legitimaria a tutela dos demais africanos, *não civilizados*, considerados primitivos.

UMA COLONIZAÇÃO POUCO REPUTADA

Os colonos, que fazem parte da população de Luanda, são em geral mal vistos pelo narrador do *Romance Íntimo* (OLIVEIRA, 1997, p. 116). Andrade, o mais claro dos exemplos, é um colono originário de Valença do Minho, em Portugal. Comerciante com um passado ligado ao tráfico de escravos, é rude e por vezes violento. Inteligente, embora pouco instruído (MACHADO, 2004, p. 69), retrata o tipo do colono aventureiro cujos minúsculos escrúpulos e grande resistência física lhe permitiram vencer em meio agreste (MACHADO, 2004, p. 75)³¹. Lemos partilha com Andrade a ligação ao tráfico e a escassa instrução. Aliás, Pedro Machado não considerava os

31 Andrade tem o expressivo aspecto de uma caricatura, em cujo desenho Pedro Machado foi tão exímio como Julião Machado, seu irmão: ver, por exemplo, a primeira descrição de Andrade em Machado, 1997, p.47. O autor nem mesmo deixou de lhe reproduzir o sotaque do norte, como por exemplo em Machado,

comerciantes angolanos de então especialmente cultos: Lemos “compreendia bem a escrituração dos seus livros e chegava a ser capaz de fazer ele próprio a sua correspondência, o que, nesse tempo, já era uma alta graduação na craveira intelectual do comerciante de Luanda” (MACHADO, 2004, p. 131). Estas personagens representam uma classe de colonos aventureira, pouco culta e disposta a empresas pouco dignas para vencer na colónia, sabendo-se que a ligação ao tráfico negreiro fazia parte do passado de muitos comerciantes. Assim, através destas personagens-tipo, o autor terá querido criticar a tendência para uma colonização metropolitana pouco categorizada em Angola³². Outra personagem importante, Ernesto Mendes, embora e afinal redimido pelo casamento com Laura, não é igualmente um colono exemplar. Apesar de instruído e culto (MACHADO, 2004, p. 37, 55), chegou a Angola em condições modestas. Nos intervalos do emprego, dedica-se às conquistas fáceis e ao jogo, para o que até defrauda a casa comercial em que trabalha (MACHADO, 2004, p. 141-142, 145). Aliás, a sua fixação em Angola, na sequência da falência de seu pai, comerciante, sucedeu a uma vida de “expedientes pouco edificantes” em Lisboa (MACHADO, 2004, p. 95-96).

Os colonos metropolitanos de Angola eram, em geral, pessoas de classes modestas e pouco instruídas (DIAS, 1998, p. 439-440). Andrade é disso exemplo: tendo começado por se fixar no Brasil, seguindo a tendência maioritária do emigrante português, só depois migrou para Angola ao surgir a oportunidade de enriquecer no tráfico de escravos (MACHADO, 2004, p. 67-68).

Note-se, porém, que, no tempo da acção do *Romance Íntimo*, não os colonos livres, mas os degradados faziam a “maioria dos brancos da metrópole” que migravam para Angola, sendo em 1864 “cerca de um terço da população branca da colónia” (DIAS, 1998, p. 438). Criminosos de delito comum ou dissidentes políticos, alguns até célebres, cumpriram o degredo em

p. 107, 117. Na segunda parte do romance, Andrade teve um retrato mais simpático: foi ele que protegeu Fernando Gouveia, tendo possibilitado, assim, a *invenção* do Dr. Duprat.

32 O primeiro encontro de Laura, filha de Andrade, com Ernesto sucedeu num “baile no palácio do Governo – destes em que se fazem os convites pelo cadastro do recenseamento” (MACHADO, 2004, p. 41). Tratar-se á do recenseamento eleitoral, onde Andrade estaria registado. Em 1869, estava em vigor o sufrágio censitário, nos termos da Carta Constitucional. Apesar da sua instrução limitada, Andrade seria considerado cidadão activo, tendo direito ao voto, por ser alfabetizado e por causa da sua abastança. As pessoas constantes do recenseamento seriam presumivelmente (mas nem sempre de facto) as mais distintas da colónia.

Angola: José do Telhado, salteador; João Brandão, cacique acusado de homicídio; Vieira de Castro, que assassinou a esposa; o aludido negreiro Arsênio de Carpo, por envolvimento, em 1823, numa revolta contra o governo; João Chagas, implicado na revolta republicana de Janeiro de 1891 (DIAS, 1998, p. 438; MARQUES, 2001, p. 612-613; OLIVEIRA, 2014, p. 371, 382).

É, porém, de notar que nem toda a imigração para Angola se fazia de aventureiros e degredados. Recordem-se colonos como o jurista e publicista Alfredo Troni e os jornalistas Urbano de Castro e Alfredo Mântua³³.

Em todo o caso, o clima e as doenças, que vitimavam os europeus em grande número, desencorajavam a migração substancial dos portugueses para África, tendo sido o Brasil a mais procurada alternativa (DIAS, 1998, p. 439; OLIVEIRA, 2014, p. 370-371). Tal ajuda a explicar a relevância numérica dos degredados.

UMA SOCIEDADE POUCO EDUCADA

Para além de criticar a pouca instrução e até a falta de escrúpulos dos colonos, Pedro Machado também reprovou a reduzida civilidade da própria sociedade luandense.

Neste sentido, é de notar que a descrição da cidade de Luanda, espaço de boa parte da acção, parece condizer com a caracterização geral dos seus habitantes: uma cidade com privações materiais corresponderia a uma sociedade com privações culturais. Luanda é descrita como terra pequena e pouco desenvolvida, com zonas insalubres, por calcetar, de iluminação inadequada e com edifícios degradados, mesmo as igrejas, ou seja, carecendo de melhoramentos (MACHADO, 2004, p. 35, 73-74)³⁴.

A incúria, porém, não se deveria, segundo o narrador, apenas à metrópole, tendo aí responsabilidade também o poder local, apesar de circular na colónia “muito dinheiro”, mal gasto “em banquetes e em orgias” (MACHADO, 2004, p. 74). Era decerto, como assinalou Rebelo da Silva a

³³ Alfredo Troni (1845-1904) foi autor de uma novela de costumes angolanos: *Nga Muturi* (1882).

³⁴ Porém, a partir da época em que o narrador situa a acção até à publicação do *Romance Íntimo*, Luanda conheceu progressos importantes (WHEELER; PÉLISSIER, 2016, p. 113-114).

propósito da instrução em Angola, “um mau sintoma esta desproporção entre o número dos habitantes e o dos alunos [do ensino primário]” (SILVA, 1969, p. 174), ou seja, o sintoma de uma sociedade pouco polida, pouco ilustrada. O narrador observa, de facto, que em 1869 não havia “escolas oficiais quase nenhuma” e que até ao tempo da escrita do romance, mais de vinte anos depois, tal situação “não avançou sensivelmente” (MACHADO, 2004, p. 73). Num contexto de escasso ensino e de significativo desinteresse cultural (apesar do brilhantismo de alguns publicistas e literatos), o narrador, através da descrição da falta de maneiras dos cavalheiros nos bailes, dá a entender que em Luanda, em 1869, não seria sequer possível uma sociabilidade de elite (MACHADO, 2004, p. 74). A propósito de um baile em casa do vice-cônsul de França, o narrador observa que nessa cidade “a arte e o bom gosto se consideravam contrabando” (MACHADO, 2004, p. 147) e que “o espírito em Luanda era tão altamente cotado que se tornava inacessível aos poucos recursos intelectuais da maior parte dos dançantes” (MACHADO, 2004, p. 149).

Em Luanda haveria também demasiados maledicentes e intrometidos. O narrador coloca os frequentadores dos cafés e da botica, espaços de sociabilidade masculina, a julgarem Ernesto, maldosamente, pelo que, dos rumores que circulam, ficam a saber da sua vida particular (MACHADO, 2004, p. 81-83, 85-86, 97-98). Apesar disso, o narrador afirma que beneficiou do conhecimento que nas terras pequenas as pessoas têm das vidas alheias, uma vez que os informes de pessoas mais antigas lhe permitiram, mais de vinte anos decorridos, esclarecer questões obscuras e terminar o romance, que “só não é pura crónica de factos reais na parte em que a verdade teve de ser modificada ou completamente sacrificada” (MACHADO, 2004, p. 159-161).

OS NEGROS E OS MESTIÇOS

Na sua crítica do desmazelo cultural de Luanda (e de certa forma em relação com a escassa concretização da soberania portuguesa), o narrador não deixa de incluir todos os negros de Angola, parecendo incluir também, em geral, os mestiços.

É natural que os escravos, pela sua situação oprimida, tenham sido retratados, no romance, numa posição diminuída. Porém, a perspectiva do narrador sobre os demais negros, quaisquer que fossem as suas condições sociais e culturais, é a do colonizador, do qual o romancista, como outros crioulos, se considera parceiro na tarefa da civilização do africano *selvagem*, uma vez que se vê como seu par na elevação cultural. Assim, os negros e mestiços do *Romance Íntimo* apresentam-se quase inteiramente desprovidos de cultura. Exceptuando poucos elementos caracterizadores que assomam aqui e ali (nomeadamente, o nome quimbundo de Engrácia (*N' Guna Galáxe*), os seus trajos africanos, e uma criança que pede doces em quimbundo a Andrade), os mestiços e os negros (quer os das zonas colonizadas quer os do resto de Angola) não têm atributos visíveis da sua cultura, nem mesmo da simbiose crioula, da qual nos aparecem Engrácia, Inácia, Laura e Luís como os mais evidentes representantes, mas apenas vagamente³⁵. Ao contrário dos perfis de Duprat, Leonila, Andrade e Ernesto, o narrador deixou daquelas personagens um desenho a traço esbatido, em todo o caso muito mais nítido nos retratos de Engrácia e de Laura. Os outros negros do romance (excepto Sérvulo, de que se trata adiante) formam uma multidão *anónima* cujo papel é o de fornecerem com a sua presença um cenário verosímil de Angola. Alguns, com destaque individual mas sem nome, têm o papel de elementos de ligação ou de desenvolvimento de actividades dentro da intriga: são criados, libertos, informadores, fazem recados. Essas personagens pouco definidas são também pretexto para o narrador criticar aspectos importantes da vida angolana oitocentista, como o tráfico de escravos e os maus-tratos quotidianos³⁶.

A obscuridade romanesca dos negros autóctones, quer os das zonas colonizadas quer os das sociedades africanas autónomas, parece equivaler aos preconceitos europeus de então sobre a sua obscuridade cultural: privados da cultura ocidental, os negros do *Romance Íntimo* são mantidos no cenário como entes sem individualidade e quase sem identidade. Se Cordeiro da Mat-

35 Ver os referidos exemplos no romance em Machado, 2004, p. 70, 119, 103, respectivamente. Compare-se o *Romance Íntimo* com *O Segredo da Morta*, de Assis Júnior (1972), onde as referências culturais são constantes e o meio cultural é determinante nas atitudes das personagens.

36 A negra Inácia, ama de Laura, por exemplo, tem no enredo o papel de fornecer a chave do portão da casa de Andrade para o encontro dos namorados, Laura e Ernesto, sofrendo por isso um atentado de Andrade, que quase a assassina (MACHADO, 2004, p. 48 e 106-108).

ta reconhecia nos seus *compatriotas* a tradição, a identidade original, a língua, a sapiência dos séculos sintetizada nos provérbios, para Félix Machado os negros não parecem ter uma sólida cultura de origem que, enquanto sujeitos ou comunidade, os individualize. A ausência presente dos negros no *Romance Íntimo*, seja ou não imperativo advindo das limitações, desde logo de espaço, de um folhetim, condiz com um preconceito, por muito tempo vulgarizado por intelectuais ocidentais, sobre a inexistência de História entre os povos africanos. O historiador africano Joseph Ki-Zerbo referiu-se-lhe na sua *História da África Negra* (Joseph KI-ZERBO, 2009, p. 10 ss.). Sem História não haveria memória e, portanto, também não existiriam cultura nem identidade. A integração de homens brancos na cultura dos negros seria, por isso, para o narrador do *Romance Íntimo*, pior que um degredo (MACHADO, 2004, p. 184).

O negro Sérvulo apresenta um caso particular. Escravo na juventude, foi oferecido por Andrade a Duprat, que o libertou, o instruiu e fez dele um amigo (MACHADO, 2004, p. 177, 230-231). Sérvulo é seu empregado e por vezes enfermeiro (MACHADO, 2004, p. 81). Antes do seu contacto com Duprat, Sérvulo, aparentemente, não tinha cultura e achava-se em atitude hostil e presumivelmente em estado selvagem. Como parece não ter conservado memórias ou características da sua educação de origem, infere-se que foi o contacto e a aprendizagem com um europeu benévolo, Duprat, que o civilizou. Refere o narrador que “Muito novo ainda, invadira-lhe o espírito uma profunda tristeza, que aumentava à proporção que se instruíra” (MACHADO, 2004, p. 230), em certo contraste com a “cólera passiva” (MACHADO, 2004, p. 177) que sentia quando escravo, tendo então Duprat escolhido “dar-lhe uma educação muito elementar”, uma vez que “a instrução para ele seria uma fonte de pesares íntimos”. Sobre a caracterização de Sérvulo (MACHADO, 2004, p. 230-231), afirma Pinto (2012, p. 25):

A interpretação deste trecho [das p. 230-231 do romance] pode ser feita à luz da análise dos processos de retórica do discurso colonial, que sem dúvida nele estão contidos: tal como n’ *A Cabana do Pai Tomás* (1852), de Harriet Beecher Stowe (1811-1896), também aqui encontramos as falácias do «branco bom» e do «preto bom», por contraposição aos «brancos maus» e aos «pretos maus» ou, se preferirmos, a dicotomia entre o Mau Selvagem e o Bom Selvagem. O branco é «bom» porque é paternalista com o ex-escravo,

alforriando-o, mas, para que o liberto jamais venha a equiparar-se-lhe em estatuto social, nega-lhe o acesso à instrução com o argumento hipócrita de não lhe querer criar problemas. E o negro é «bom» porque, atávica e somaticamente, não é ambicioso, e, acima de tudo, é servil para com o branco³⁷.

Apesar de o ter livrado da escravidão, fazendo-o livre, infere-se que Duprat passou a ser o seu mentor, achando-se Sérvulo algo isolado da sociedade, sendo maltratado pelas demais pessoas e não tendo outras relações relevantes³⁸.

A MENSAGEM POLÍTICA DO ROMANCE ÍNTIMO

No poema introdutório de *Sorrisos e Desalentos*, Pedro Félix Machado afirmou que essa colectânea “não tenta derrubar instituições” (MACHADO, 2000, p. 27). À semelhança desta, o *Romance Íntimo*, aliás publicado na mesma altura (1892), foi uma obra que fez crítica, mas que não era revolucionária. Não tentando “derrubar instituições”, mas patenteando ao público certos defeitos da colonização de Angola, antes pretendia que as instituições portuguesas fossem sólidas, que se corrigissem vícios e insuficiências e se encorajasse a estima do que pertencia ao Império português. Na ausência de mais dados, pode-se supor um conjunto de causas para este registo.

Tendo o autor sido republicano, foi também um moderado. Note-se que, apesar de o *Romance Íntimo* apresentar personagens crioulas, está ausente a insubmissa classe crioula de jornalistas e escritores, de que o autor fazia parte, o que evitou um tom crítico excessivo e menos alinhado com a política imperial portuguesa, que era expressão de vários jornalistas angolanos.

Em segundo lugar, o autor publicava na metrópole, em ambiente social e político diferente do angolano. A colaboração num bom jornal implicaria

37 Involuntária ou oportunamente, a personagem chama-se “Sérvulo”. Segundo Francisco Torrinha, 1945, p. 793, a palavra latina *servulus*, diminutivo de *servus* (escravo) significa “escravo (de baixa categoria)”. Recorde-se que a formação clássica, incluindo o latim, fazia parte do ensino no tempo de Pedro Félix Machado. Até como jurista, decerto conhecia algum latim.

38 Pode assinalar-se um paralelo entre Sérvulo e o negro Tadeu, do romance *Mário*, do escritor português António Silva Gaio (1830-1870), uma vez que têm histórias parecidas. Para a de Tadeu, ver Gaio, 1981, p. 104 ss., ao longo dos capítulos subsequentes.

desde logo o afastamento de um registo excessivamente polémico. Além disso, o romance talvez fosse tanto mais exemplar quanto menos marcado fosse por manifestações de interesses demasiado específicos ou locais. Por isso, as censuras da deficiente administração de Angola expostas pelo narrador do *Romance Íntimo* seriam facilmente acolhidas por leitores portugueses preocupados com o desenrolar da colonização. Também daqui decorreria a existência de personagens metropolitanas em lugares de protagonismo, nas quais um público metropolitano melhor se revisse. Recorrendo a Ernesto, a Andrade, a Duprat, a Leonila e a Eça Raposo, todos da Metrópole, o romance dizia que, independentemente dos habitantes de Angola e tal como eles, os metropolitanos deveriam estar interessados em conservar a colónia e em desenvolvê-la. O romance colocava personagens metropolitanas a protagonizar os episódios do romance, identificando-as directamente com os acontecimentos, com as falhas da governação, com os defeitos e virtudes da colónia e demonstrando por esse processo a um público português a relação próxima deste com Angola. Ao criticar essa relação, o autor dizia que a colónia não tinha estado a ser estimada suficientemente e, implicitamente, que havia perigos: em 1892, após o Ultimato em 1890, qualquer observador percebia que esses eram os da competição internacional por África, na qual Portugal podia perder terreno.

As inquietações manifestadas no *Romance Íntimo* iam ao encontro das que eram expostas pelos metropolitanos. Recorde-se a indignação da opinião pública após o Ultimato Inglês. Os políticos também se preocupavam. O historiador, escritor e político Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), enquanto Ministro da Marinha e do Ultramar, entre 1883 e 1886, diligenciou “colocar a retórica colonial ao serviço de uma política colonial” (HOMEM, 2012, p. 57), tendo procurado implementar diversos melhoramentos nas colónias, nomeadamente em Angola (HOMEM, p. 63-67). A mesma preocupação inspirou a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875 (Maria Manuela Cantinho PEREIRA, 2005, p. 113 ss. especialmente).

O tom moderado do *Romance Íntimo*, especialmente a ausência de personagens crioulas a criticar Portugal, como sucedia de facto em Angola, evitou uma dicotomia *nós-eles*, deduzindo-se antes um interesse comum entre angolanos e portugueses no desenvolvimento do Império e de Angola em particular. Ou seja, o autor não criou um enredo assente num conflito ou numa

divisão entre os habitantes da colônia e os metropolitanos, supondo-se pelo contrário que deveriam estar unidos no interesse da integridade do Império.

CONCLUSÃO

O romance *Cenas de África?* *Romance Íntimo*, do angolano Pedro Félix Machado, foi o veículo para algumas críticas do autor à colonização portuguesa de Angola. Ao longo do enredo, são condenados o tráfico de escravos, os maus-tratos que sofriam escravos e libertos, o investimento insuficiente da Metrópole na colônia, a má reputação dos colonos portugueses, o baixo nível cultural da sociedade angolana (sobretudo luandense) e a exiguidade de meios para a instrução.

As censuras do *Romance Íntimo* devem entender-se quer no contexto das reivindicações dos jornalistas angolanos, grupo de que Pedro Machado fazia parte, quer no contexto das preocupações dos leitores metropolitanos, receptores da obra em folhetim e em livro, com o evoluir da colonização.

Nesta sequência, sendo o autor ideologicamente moderado e estando a publicar num jornal da Metrópole, o romance ficou redigido de forma a apelar a um público metropolitano sem deixar de veicular tais críticas. Dado que a obra não fazia uma divisão entre metropolitanos e angolanos, essas críticas, não excluindo as preocupações dos angolanos, iam também ao encontro das inquietações dos metropolitanos com o desenvolvimento da África portuguesa.

Luís Henriques é licenciado em História e mestre em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. As suas principais áreas de investigação são a história política, social e cultural do longo século XIX, em especial em Portugal.

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

LUÍS HENRIQUES A identidade crioula luandense: a obra *Cenas de África? Romance íntimo* e a Luanda oitocentista

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. *A Questão Colonial no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República: Publicações Dom Quixote, 2008. v. 1.

ANUÁRIOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1866-1867-1880-1881. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>. Acesso em: 6 out. 2022.

ASSIS JÚNIOR, António de. *O Segredo da Morta (Romance de Costumes Angolenses)*. Lisboa: Edições 70, 1979 [1935].

BIRMINGHAM, David. *Breve História da Angola Moderna (séc. XIX-XXI)*. Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

BONAVENA, Eduardo. “Julião Machado: ilustre filho de Angola”. *História*, Lisboa, n. 106, p. 18-21, 1988.

BORDALO, Francisco Maria. *Eugénio: Romance Marítimo*. Lisboa: Cosmos, 1998 [1854].

DIAS, Jill. “Angola”. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (Org.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 10, p. 319-556.

ENDERS, Armelle. *História da África Lusófona*. Mem Martins: Inquérito, 1997.

ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da Literatura Angolana*. Lisboa: Edições 70, 1979.

FREUDENTHAL, Aida Faria. “Angola”. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (Org.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001. v. 11, p. 259-467.

GAIO, António da Silva. *Mário*. Porto: Lello & Irmão, 1981 [1868].

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Rio de Janeiro: Enciclopédia Limitada, 1935-1960. 40 v.

HABERMAS, Jürgen. *A transformação estrutural da esfera pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1962].

HOMEM, António Pedro Barbas. *Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895): Uma biografia*. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*, v. 1. Mem Martins: Publicações Europa-América, 4a edição, 2009 [1972].

LISBOA. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Governo Civil de Lisboa. 1752/1990, *Processo de requerimento de passaporte [de] Pedro Félix Machado*. Registro em: 15 ago. 1892., cx. 26, doc. 44. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/detail-s?id=6268808>. Acesso em: 11 jun. 2022.

- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: Subsídios para a sua História*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1974.
- MACHADO, José Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Algés: Sociedade de Língua Portuguesa: Euro-Formação, 1989. v. 3.
- MACHADO, Pedro Félix. *Cenas de África? Romance Íntimo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- MACHADO, Pedro Félix. *Sorrisos e Desalentos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1998. v. 3.
- MARQUES, João Pedro. “Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX”. *Análise Social*, Lisboa, v. 36, n. 160, p. 609-638, 2001.
- MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.
- MATTA, Joaquim Dias Cordeiro da. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda “Íle” Créole*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1970.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. “O ciclo africano”. In: COSTA, João Paulo Oliveira e (Coord.). *História da expansão e do império marítimo português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014. p. 341-376.
- PEREIRA, Maria Manuela Cantinho. *O museu etnográfico da sociedade de geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- PINTO, Alberto de Oliveira. “O fantasma do Brasil em Cenas de África? Romance Íntimo de Pedro Félix Machado”. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 15-26, 2012.
- RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (c. 1880—c. 1910): convergência e autonomia*. Lisboa, dissertação, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012.

LUÍS HENRIQUES A identidade crioula luandense: a obra *Cenas de África? Romance íntimo* e a Luanda oitocentista

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. “Folhetim literário”. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Org.). *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 190-193.

SEIXAS, Margarida. “Das abolições à abolição: um percurso iluminista no Portugal oitocentista”. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL (Org.). *Da escravidão ao trabalho digno: Nos 150 anos da abolição da escravidão em Portugal e nos 100 anos da criação da OIT*. Lisboa: MTSS, 2021. p. 211-226.

SILVA, Cristina Nogueira da. “Liberdade e tolerância religiosa: ‘portugueses não católicos’ no ultramar do século XIX”. *Historia Constitucional*, n. 8, p. 39-66, 2007. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/issue/view/9/show-Toc>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da. *Relatórios do ministro e secretário de estado dos negócios da marinha e do ultramar apresentados às cortes na sessão legislativa de 1870*. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1969.

SOARES, Francisco. *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*, 3ª edição. Porto: Marânus, 1945.

WESTAD, Odd Arne. *A Guerra Fria: uma história do mundo*. Lisboa: Temas e Debates, 2018.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*, 6ª edição. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.